

CONVITE

APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS AQUISIÇÃO DE PRODUTOS PARA O BUFETE

**CONSULTA PRÉVIA N.º 2/AEMT/2023
Frutas e Legumes (CPV 03200000-3)**

Agrupamento de Escolas Madeira Torres



O Agrupamento de escolas de Madeira Torres (AEMT) na qualidade de entidade adjudicante, apresenta o seguinte convite para a apresentação de propostas de aquisição de bens, na categoria de **Frutas e Legumes (CPV 03200000-3)** que visam o funcionamento dos bufetes das escolas Padre Francisco Soares e Madeira Torres que pertencem ao Agrupamento de Escolas Madeira Torres.

Referência: N° 2/AEMT/2023

Data Limite para receção das propostas: 20 de dezembro de 2022

I - Objeto do contrato

1. Aquisição de bens que visam o funcionamento dos bufetes das escolas Padre Francisco Soares e Madeira Torres e que se encontram discriminados em **dois lotes**, referente ao código (CPV 03200000-3) **Lote 1 - Legumes e Lote 2 Frutas** e no anexo ao convite (anexo I).
2. Para o **ano 2023** a estimativa dos bens necessários encontra-se **no anexo I deste convite** (a quantidade dos bens aí prevista é meramente indicativa e não vinculativa).
3. A entidade pública adjudicante é o Agrupamento de Escolas Madeira Torres, abreviadamente designado por AEMT, com o endereço eletrónico: concursospublicos@madeiratorres.com (para este concurso)
4. A decisão de contratar foi tomada por despacho datado de **12/12/2021**, pela Senhora Diretora e Presidente do Conselho Administrativo, do AEMT.
5. O procedimento será desenvolvido e processado através do Email: concursospublicos@madeiratorres.com

II - Pedidos de Esclarecimentos / Retificação às Peças do Procedimento

- 1 — Os pedidos de esclarecimentos/erros e omissões necessários à boa compreensão e interpretação do presente convite, caderno de encargos e anexos devem ser enviados para o email institucional, até ao dia **16/12/2022**.
- 2 — Os esclarecimentos serão prestados pelo júri, até ao dia **18/12/2022**, sendo todos os convidados imediatamente notificados desse facto.
- 3 - O órgão que autorizou a decisão de contratar pode proceder à retificação de erros ou omissões das peças do procedimento nos termos e no prazo previsto no número anterior.
- 4 - Os esclarecimentos e as retificações referidos nos números 1 a 4 fazem parte integrante das peças do procedimento a que dizem respeito e prevalecem sobre estas em caso de divergência.

III - Proposta

- 1- Para efeitos de elaboração da proposta, referida o concorrente deve apresentar proposta, via email institucional no formulário (anexo II do convite), ao lote, no entanto, a proposta deve **obrigatoriamente, abranger todos os produtos desse lote a que concorreu, sob pena de exclusão.**



AGRUPAMENTO DE ESCOLAS

MADEIRA TORRES



GOVERNO DE
PORTUGAL

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
E CIÊNCIA

- 2- Os bens objeto do presente procedimento serão descarregados e entregues, pela entidade adjudicatária, diretamente nos estabelecimentos de ensino, de acordo com as encomendas efetuadas.
- 3- O fornecedor obriga-se a cumprir com as seguintes condições de fornecimento dos bens:
 - a) Os produtos referidos no anexo I devem ser entregues de acordo com as encomendas efetuadas;
 - b) Em situações excecionais, sempre que falte um produto imprescindível ao bom funcionamento do serviço, o adjudicatário tem que o ir entregar no menor curto espaço de tempo possível;
 - c) Os produtos sujeitos a um prazo de validade, quando entregues, devem observar um prazo mínimo de metade do prazo inicial de validade, sob pena, de serem devolvidos e substituídos por outros que respeitem o referido prazo, contado da data da nova entrega;
 - d) São estimadas as unidades de cada produto que constam do anexo I, no entanto, se existirem necessidades superiores às previstas, o adjudicatário têm que, obrigatoriamente, fornecer as quantidades em falta sem alteração do valor proposto. Se as quantidades necessárias forem inferiores às estimadas e constantes no anexo I, o adjudicatário não poderá exigir do adjudicante a aquisição da totalidade dos bens objeto do presente contrato.
- 4- Elementos a indicar obrigatoriamente na proposta:
 - a) Indicação do procedimento a que concorre;
 - b) Prazo de validade da proposta.
- 5- A proposta é constituída pelos seguintes documentos:
 - a) Proposta apresentada via email institucional, tendo como referência o “Mapa de Quantidades - e Estimativa de bens” (Anexo I do convite)”.
 - b) Formulário para apresentação da proposta - anexo II “onde contém a Proposta de Fornecimento” que deve ser completada com o valor dos preços unitários e globais sem IVA.
 - c) Declaração de aceitação do conteúdo do caderno de encargos, elaborada em conformidade com o modelo constante do Anexo III deste convite.
 - d) Declaração do concorrente relativamente à implementação do sistema HACCP.
 - e) Integra também a proposta quaisquer outros documentos que o concorrente considere relevantes para a apreciação da mesma.
- 6- Os documentos que constituem a proposta são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa, sem emendas ou rasuras.

IV - Modo de Apresentação de Proposta

- 1 - Os documentos que constituem a proposta, indicados no capítulo anterior, devem ser enviados diretamente para o email, concursospublicos@madeiratorres.com, assinados digitalmente, devendo cumprir com o disposto das alíneas seguintes:
 - a) Data limite de entrega: até as **17:00h do dia 20 de dezembro de 2022**
 - b) Prazo mínimo da manutenção das propostas de **66 dias**
- 2 - Todos os documentos enviados, incluindo os documentos que constituem as propostas, deverão ser assinados eletronicamente mediante a utilização de certificados de assinatura eletrónica qualificada.
- 3 - As propostas e os documentos que as constituem devem ser entregues até à data e hora definidas no número 1 do presente capítulo. Os concorrentes devem prever o tempo

necessário para a inserção das propostas e documentos que as constituem, bem como para a sua assinatura eletrónica, em função do tipo de acesso a Internet de que dispõem, para cumprimento da data anteriormente referida.

V – Documentos de habilitação

1. O concorrente a quem for adjudicado a aquisição dos bens, objeto deste procedimento deve apresentar, no prazo de **3 (três)** dias a contar da notificação da adjudicação os seguintes documentos:

a) Declaração emitida conforme modelo constante do **anexo IV do Convite**;

b) Documentos comprovativos, ou disponibilização de acesso para a sua consulta online de que se encontra nas seguintes situações:

i) Situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos da alínea d) do artigo 55.º do CCP;

ii) Situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos da alínea e) do artigo 55.º do CCP.

c) Certificado de registo criminal, para efeitos de celebração de contratos públicos, de todos os titulares dos órgãos sociais da administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções, destinado a comprovar que não se encontram em nenhuma das situações previstas nas alíneas b) e h) do artigo 55.º do CCP;

d) Fotocópia da Certidão do registo comercial da empresa.

2. Poderá ser concedido um prazo adicional de 5 (cinco) dias úteis caso sejam detetadas irregularidades no processo de habilitação.

VI – Preço Base

1. O preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pelo fornecimento de todos os bens, objeto do contrato a celebrar é de **11.758,00 €** que corresponde ao somatório dos preços base de todos lotes e bens, estimados para um ano (anexo I do convite):

Lote 1 – Legumes – **501,00 €**

Lote 2 – Frutas – **11.257,00 €**

2. O preço estimado no anexo I, não inclui o imposto sobre o valor acrescentado.

3. Ao preço indicado apenas se aceitam alterações que reduzam o custo da aquisição, representando para o adjudicante um preço “mais baixo”, não havendo lugar a negociação (nº2 art. 115º do CCP).

VII – Critério de Adjudicação

A adjudicação será feita em relação a cada uma das propostas segundo o critério da proposta economicamente mais vantajosa na modalidade de Monofator sendo o preço o único aspeto a considerar na execução do contrato a celebrar (Art.º 74 n.º 1, alínea b) do CCP).

Se dois ou mais concorrentes apresentarem propostas de preço de valor igual, serão utilizados os fatores de decisão indicados e hierarquizados da seguinte forma:



- Percentagem de rapel a atribuir ao agrupamento para aquisição de bens, no final do ano (deve ser referida no documento da proposta)
- Por sorteio (alínea c) do n.º5 do Art.º 74 do CCP.

VIII - Outorga do contrato

1 - O contrato resultante do presente procedimento será reduzido a escrito (art.º 94.º do CCP) salvo se, pelo seu valor (inferior a 10,000 €), o AEMT entender não ser necessário de acordo com o disposto no (art.º 95.º do CCP).

2 - Fazem parte integrante do contrato os seguintes documentos:

- a) Os suprimentos dos erros e omissões do caderno de encargos identificados pelas entidades convidadas, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
- b) Os esclarecimentos e as retificações relativas ao caderno de encargos;
- c) O caderno de encargos;
- d) A proposta adjudicada;
- e) Os esclarecimentos à proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.

IX - Caução

Não é exigida a prestação de caução nos termos do nº 2/4 do artigo 88º do CCP.

X - Negociação

Não haverá lugar à negociação das propostas

XI - Condições de Pagamento

1. O AEMT é responsável pelo pagamento do preço dos bens que lhes sejam entregues nas condições previstas no caderno de encargos.
2. O preço de aquisição dos bens resulta da proposta adjudicada neste procedimento, não podendo, em caso algum, ser superior ao preço indicado na proposta.
3. O pagamento das faturas será efetuado, pelo adjudicante, no prazo máximo de 30 dias contados após a sua entrega, de acordo com o n.º 1 do art.º 299º e 299-A do CCP.

XII - Legislação Aplicável

Em tudo o que for omissivo no presente Convite e no Caderno de Encargos, observar-se-á o disposto no CCP e demais legislação em vigor.

Torres Vedras, 12 de Dezembro de 2022

ANEXOS

ANEXO I – Estimativa dos bens, referente ao (CPV 03200000-3) – Legumes e frutas, necessários para o ano de 2023

ANEXO I - Fornecimento de produtos para bufetes (estimativa) Mapa de Quantidades Agrupamento de Escolas Madeira Torres 03200000-3 - Frutas e Legumes - Procedimento n.º 2/AEMT/2023								
Procedimento	Produtos	Código CPV	Informações Genéricas/características	Quantidade estimada	Unid/Kg/cx	Preço Unitário sem IVA (€)	Total da Estimativa s/IVA €	
Lote 1 Legumes	Alface	03200000-3	Todo o ano/Peso mínimo 400g	300	Kg	0,990	297,00 €	
	Cenoura		Todo o ano/Peso mínimo 150g	150	Kg	0,380	57,00 €	
	Tomate		Todo o ano/Peso mínimo 350g	150	Kg	0,980	147,00 €	
	Total Lote						501,00 €	
Lote 2 Frutas	Banana	03200000-3	Todo o ano/Peso mínimo 150g	270	Kg	0,800	216,00 €	
	Uvas (red glob)		Todo o ano/Categoria 1	1800	Kg	2,000	3 600,00 €	
	Morango		Só na época/Maio/Junho/Categoria 1, Calibre mínimo 22 mm	400	Kg	3,290	1 316,00 €	
	Cereja		Só na época/Maio/Junho/ Categoria 1, Calibre mínimo 17 mm	200	Kg	3,500	700,00 €	
	Melão		Todo o ano/Categoria 1	3600	Kg	1,100	3 960,00 €	
	Maça Royal Gala		Todo o ano/Calibre 65-70	300	Kg	0,800	240,00 €	
	Maça Royal Gala		Todo o ano/Calibre 75-80	100	Kg	1,000	100,00 €	
	Laranja (máquina de sumo)-7		Todo o ano/Calibre 67/76	1500	Kg	0,750	1 125,00 €	
	Total Lote							11 257,00 €
	O Total é valor máximo - Preço base Os concorrentes devem apresentar preços para todos os produtos de cada lote a que concorrerem							

As quantidades indicadas são uma estimativa.

O preço estimado no anexo I, não inclui o imposto sobre o valor acrescentado.

**ANEXO II - Formulário para apresentação da proposta
AQUISIÇÃO DE PRODUTOS PARA O BUFETE**

Procedimento 2/AEMT/2023

PROPOSTA

.....(empresa, NIF e sede), representada pelo seu gerente/administrador/procurador
.....(nome, estado civil, n.º do BI, naturalidade e morada), tendo tomado conhecimento do convite e do caderno de encargos, para a aquisição de bens, com base na descrição do anexo I do convite e de acordo com os termos e condições previstas no convite e no caderno de encargos, apresenta a seguinte proposta:

ANEXO II - Proposta de fornecimento de produtos para bufetes (estimativa) Mapa de Quantidades Agrupamento de Escolas Madeira Torres 03200000-3 - Frutas e Legumes - Procedimento n.º 2/AEMT/2023							
Procedimento	Produtos	Código CPV	Informações Genéricas/características	Quantidade estimada	Unid/Kg/cx	Preço Unitário sem IVA (€)	Total da Estimativa s/IVA €
Lote 1 Legumes	Alface	03200000-3	Todo o ano/Peso mínimo 400g	300	Kg		
	Cenoura		Todo o ano/Peso mínimo 150g	150	Kg		
	Tomate		Todo o ano/Peso mínimo 350g	150	Kg		
	Total Lote						0,00 €
Lote 2 Frutas	Banana		Todo o ano/Peso mínimo 150g	270	Kg		
	Uvas (red glob)		Todo o ano/Categoria 1	1800	Kg		
	Morango		Só na época/Maio/Junho/Categoria 1, Calibre mínimo 22 mm	400	Kg		
	Cereja		Só na época/Maio/Junho/ Categoria 1, Calibre mínimo 17 mm	200	Kg		
	Melão		Todo o ano/Categoria 1	3600	Kg		
	Maça Royal Gala		Todo o ano/Calibre 65-70	300	Kg		
	Maça Royal Gala	Todo o ano/Calibre 75-80	100	Kg			
	Laranja (máquina de sumo)-7	Todo o ano/Calibre 67/76	1500	Kg			
	Total Lote						0,00 €
O Total é valor máximo - Preço base Os concorrentes devem apresentar preços para todos os produtos de cada lote a que concorrerem							

Local e Data

Assinatura

(com carimbo ou assinatura digital)

ANEXO III

Modelo de declaração

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º ou a subalínea i) da alínea b) e alínea c) do n.º 3 do artigo 256.º -A, conforme aplicável]

1 — ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)...

(firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de...

(designação ou referência ao procedimento em causa) e, se for o caso, do caderno de encargos do acordo –quadro aplicável ao procedimento, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 — Declara também que executa o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (3):

a)...

b)...

3 — Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 — Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

5 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 — Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga -se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.

7 — O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (4)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n.ºs 2 e 3 do artigo 57.º

(4) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º

ANEXO IV- Modelo de Declaração

Modelo de declaração

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º]

1 — ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos:

2 — O declarante junta em anexo [ou indica...como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (3)] os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (5)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(5) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º